



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



As lutas camponesas influenciadas pela Guerrilha do Araguaia no Pará, Maranhão e Tocantins

Vinícius Carluccio de Andrade¹ 

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil

RESUMO

A Guerrilha do Araguaia, cuja ocorrência se deu de 1972 a 1974, não deve ser lida como um episódio perdido, sem rebatimentos históricos e espaciais. Na realidade, apesar do extermínio, os ideais dos guerrilheiros - expostos na *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* com mais de 20 metas de reformas - continuam a influenciar as lutas camponesas no Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense devido à chegada anterior dos membros do PCdoB em relação aos militares. Anos de contato, mesmo sem a fase de politização, aproximaram os “paulistas” dos posseiros e sem-terra diante da militarização da questão agrária. O avanço da Ditadura Militar na Amazônia se deu por meio de megaprojetos, os quais aprofundaram a tensão latente. Entendendo o termo “camponês” como uma palavra política, objetivava-se explicitar a antítese manifesta que vitima o lado mais fraco (contra os latifundiários) na divisa Pará-Maranhão-Tocantins.

Palavras-chaves: guerrilha do Araguaia; sindicalismo rural; ditadura militar; conflitos fundiários; Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense.

Peasant struggles influenced by the Araguaia Guerrilla in Pará, Maranhão and Tocantins

ABSTRACT

The Araguaia Guerrilla, which occurred from 1972 to 1974, should not be read as a lost episode, without historical and spatial repercussions. In reality, despite the extermination, ideals of the guerrillas - set out in *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* with more than 20 reform goals - continue to influence peasant struggles in Southeast of Pará, West of Maranhão and Bico do Papagaio Tocantinense due to the earlier arrival of PCdoB members. Years of contact, even without the politicization phase, brought partisans closer to landless people in the face of agrarian issue's militarization. The advance of Military Dictatorship in Amazon occurred through megaprojects, which deepened the latent tension. Understanding the term “peasant” as a political word, the aim is to explain the manifest antithesis that victimizes the weaker side (against the landowners) on the limits of Pará, Maranhão and Tocantins.

Keywords: Araguaia guerrilla; rural unionism; brazilian military dictatorship; land conflicts; Southeast of Pará, West of Maranhão and Bico do Papagaio Tocantinense.

Luchas campesinas influenciadas por la Guerrilla de Araguaia en Pará, Maranhão y Tocantins

RESUMEN

La Guerrilla de Araguaia, que ocurrió entre 1972 y 1974, no debe ser leído como un episodio perdido, sin repercusiones históricas y espaciales. En realidad, a pesar del exterminio, los ideales de la guerrilla - expuestos en la *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* con más de 20 objetivos reformistas - siguen influyendo en las luchas campesinas del Sudeste de Pará, Oeste Maranhense y Bico do Papagaio Tocantinense por la llegada más temprana de miembros del PCdoB en relación con los militares. Años de contacto, incluso sin la fase de politización, acercaron a los “paulistas” a los sin tierra frente a la militarización de la cuestión agraria. El avance de la Dictadura Militar en la Amazonía se dio a través de megaproyectos, que profundizaron la tensión latente. Entendiendo el término “campesino” como una palabra política, el objetivo es explicar la antítesis manifiesta que victimiza al lado más débil (contra los terratenientes) en la divisa Pará-Maranhão-Tocantins.

Palabras clave: Guerrilla de Araguaia; sindicalismo rural; dictadura militar brasileña; conflictos territoriales; Sudeste de Pará, Oeste Maranhense y Bico do Papagaio Tocantinense.

INTRODUÇÃO

Embora tenha sido exterminada na metade da década de 1970, a Guerrilha do Araguaia estabeleceu um grande legado na divisa entre Pará, Maranhão e Tocantins. Segundo Campos Filho (2014), mesmo com a perseguição aos guerrilheiros, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que advogavam pela guerra popular prolongada (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1974) em um contexto de Ditadura Militar (1964-1985), seus ideais não foram apagados com o massacre empregado pelo Exército. Na realidade, segundo o autor, devido aos anos de contato com os camponeses locais, estabeleceram-se relações de solidariedade com as trocas diárias. Quando as Forças Armadas penetram na região sob um discurso de modernização, seguindo motes como “integrar para não entregar” (OLIVEIRA, 1990, p. 13) e “homens sem terras para uma terra sem homens” (CAMPOS FILHO, 2014, p. 29), os “paulistas” (como eram popularmente chamados os guerrilheiros) já transitavam entre os estados do Maranhão, do Pará e de Goiás [atual Tocantins, pós-1988] há anos. A chegada dos militantes começou, gradualmente, em 1966; o conflito em si se deu de 1972 a 1974, com movimentações militares posteriores (em 1975) para ocultação de cadáveres (CAMPOS FILHO, 2012). Ainda que haja 50 anos de diferença, a Guerrilha continua a ser comentada e lembrada por movimentos sociais - ou, ainda, movimentos socioespaciais e socioterritoriais¹

¹ Fernandes e Sobreiro Filho (2023) justificam o uso desses termos, pois, segundo os autores, o conceito de movimentos sociais não é suficiente e tem sua origem em outra ciência além da Geografia. Com base em décadas de pesquisa militante, reforçam o espaço como materialização da existência, isto é, como forma e

(FERNANDES, 2022; FERNANDES; SOBREIRO FILHO, 2023) - que lutam pela reforma agrária em três estados (Maranhão, Pará e Tocantins), os quais detêm 26,99% dos conflitos de terra do Brasil, mas 45,25% dos assassinatos no campo de 1985 a 2019 (CPT, 1985-2019 *apud* NÓBREGA, 2020).

Um adendo, então, é imprescindível. A despeito do histórico debate acerca das divergências de nomenclaturas - encontradas, por exemplo, em Bombardi (2003), Martins (1985, 1986) e Stedile e Fernandes (2012) -, assume-se, para esse texto, o termo “camponês” no lugar de “agricultor familiar” ou “trabalhador rural”. Tal escolha se dá por designar um conjunto insubmisso contra a dominação pessoal de fazendeiros, contra a expropriação territorial (desterritorialização) e contra a exploração econômica (MARTINS, 1986). É uma palavra política que acentua um destino, o qual, de acordo com Oliveira (2001), caracteriza-se por uma longa marcha (de uma aventura retirante pelas expulsões) permeada por lutas sangrentas. É um “devir histórico” que tem a “estrada como caminho” (OLIVEIRA, 2019, p. 504). Como “o camponês não é uma figura *do passado*, mas uma figura *do presente* da história capitalista do país” (MARTINS, 1986, p. 16, *itálico no original*), constitui uma “classe em luta permanente” (OLIVEIRA, 2001, p. 189). O Brasil, porém, com sua estrutura fundiária violentamente concentrada (OLIVEIRA, 2019; VALVERDE, 1985), tem dimensões continentais e, conseqüentemente, uma diversidade de situações, ou seja, apresenta diferentes formas de campesinato segundo as regiões. Sabendo disso, esse artigo se restringe àquela porção do campesinato na Pré-Amazônia, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, que encontrou cumplicidade com a juventude clandestina, pós-Ato Institucional Número Cinco de 13 de dezembro de 1968, quando pegou em armas contra a ditadura (ANDRADE, 2023a, 2023b; CAMPOS FILHO, 2012, 2014; FIGUEIREDO, 2022; MACIEL, 2014).

Além da primeira polêmica que poderia ser levantada no título do trabalho, outra remete à identificação da guerrilha. Esse movimento do PCdoB ficou popularmente conhecido como Guerrilha do Araguaia, mas não é um consenso: Maciel (2014) o chama de

conteúdo, algo que a noção de movimentos sociais não dá conta. A complexidade de movimentos socioespaciais e socioterritoriais é maior. “Movimentos socioespaciais são produzidos pelo espaço ao mesmo tempo que produzem espaço (...). Movimentos socioterritoriais também são criados e criadores de espaços (...). Diferentemente dos movimentos socioespaciais, os movimentos socioterritoriais não mediam espaços, eles se apropriam de espaços e os transformam em territórios, ou disputam territórios para mudar suas territorialidades (...). Movimentos socioterritoriais criam espaços de socialização política para a conquista de territórios” (FERNANDES; SOBREIRO FILHO, 2023, p. 354-355).

Guerrilha no Araguaia-Tocantins²; Martins (1986), de Guerrilha do Xambioá³. O interessante desse fato está na concordância, variando a bibliografia, que, independentemente do nome, a Guerrilha do Araguaia carrega uma herança no que tange à formação de sindicatos, cooperativas e demais associações. Obviamente, o sindicalismo rural combativo não é fruto direto dos guerrilheiros, pois foram interrompidos e descobertos - em abril de 1972 - antes mesmo de começarem a fase final da luta armada com a politização (CAMPOS FILHO, 2012), mas guarda íntimos nexos com as 27 metas de reformas⁴ listadas na *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (ULDP, 2002).

Assim sendo, objetiva-se explicitar como a defesa da reforma agrária, a livre circulação pelos babaçuais, a proteção da mão de obra e o fim da grilagem, mencionados no supracitado documento que colocava os “paulistas” ao lado do “homem do interior” (ULDP, 2002, p. 56), auxiliam para compreender as contribuições da guerrilha. Ademais, o próprio conflito acelerou as modificações no espaço geográfico por meio de materialidades, implantadas pelos militares, que são rugosidades (SANTOS, 2008) até a atualidade. A violência dos latifundiários, portanto, tem raízes que conversam com a ação truculenta dos militares que delimitam um verdadeiro terror (MARTINS, 1985; OLIVEIRA, 1988). Se o campesinato se associou à militância pecedobista nos seis anos que antecederam as três campanhas militares, torna-se fundamental tal menção para conceber os conflitos fundiários a

² Em entrevista realizada durante trabalho de campo, o próprio autor explicou a utilização da palavra “no” no lugar do que seria a palavra “do”. A toponímia importa: enquanto “Guerrilha *do* Araguaia” dá a entender que foi um movimento orgânico daqueles que viviam no próprio local, “Guerrilha *no* Araguaia” mostra que foi uma implantação de fora, isto é, de jovens de centros urbanos e/ou de grandes cidades, com certa formação acadêmica que, de fora para dentro, escolheram o Araguaia como área ideal. A guerrilha foi planejada em um local longínquo e implantada no Pará. Além disso, como o próprio nome diz, a guerrilha não se prende ao Rio Araguaia, atingindo também o Rio Tocantins: as influências têm uma escala geográfica maior.

³ Curiosamente, ao utilizar Guerrilha do Xambioá em vez de Guerrilha do Araguaia, o autor assume que os “paulistas” não se restringiam somente ao Sul do Pará, onde, inicialmente, os três destacamentos (A, B e C) estavam (BRASIL, 2014a; CAMPOS FILHO, 2012). Xambioá, anteriormente, pertencia ao estado de Goiás, o qual, com a redemocratização, fragmentou-se. Hoje, Xambioá está no Tocantins. Durante a repressão, havia sido implantado no atual município um centro de detenção e tortura, já desativado - e destruído/demolido.

⁴ As com maior evidência são: realização de reforma agrária e título de propriedade da posse para legalização fundiária, combate à grilagem, diminuição dos preços dos produtos consumidos, proteção à mão de obra dos que trabalham nos castanhais, regulamentação da atividade garimpeira para que esses trabalhadores, pobres, não sejam tão explorados, liberdade de caça e de pesca para alimentação, liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu, redução dos impostos, armas de defesa pessoal para lavradores, assistência médica, criação de escolas nos povoados, fim das arbitrariedades da polícia, casamento civil e registro de nascimento gratuitos, proteção à mulher, instrução física (por meio do lazer) para a juventude, tolerância religiosa (dando ênfase ao terecô), liberdade para discussão política e eleição livre de representantes (em plena Ditadura Militar!), elaboração de planos de urbanização (com construção de casas e criação de bibliotecas), distribuição das terras devolutas (terras abandonadas do Estado), defesa das terras indígenas e reflorestamento (ULDP, 2002). Para Maciel (2014, p. 150), “a ULDP foi certamente a principal iniciativa formal de organização do povo, com orientação política clara, partindo de suas principais dificuldades, objetivando, com isso, a reação dos camponeses diante de suas amarguras”.

partir de sua contextualização histórica. Não obstante, não se deve esquecer a militarização da questão agrária, visto que, “com o episódio da guerrilha do Araguaia, o envolvimento militar com a questão da terra acentuou-se” (OLIVEIRA, 2005, p. 89). Buscando adentrar as minúcias desse estudo, o artigo subdivide-se em: 1) Metodologia; 2) Referencial Teórico; 3) Resultados e Discussão; e 4) Considerações Finais, fora as referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Para entender os rebatimentos espaciais da Guerrilha do Araguaia no presente, houve o casamento da teoria com a prática. Assim sendo, realizou-se tanto o exercício de revisão bibliográfica quanto o trabalho de campo (no início de 2023, com “sede” em Imperatriz-MA), correspondente à *empíria* inerente à epistemologia da Geografia (ELIAS, 1999). Em relação à leitura, foram visitados livros, artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, documentos do próprio PCdoB que fazem ponderações antes e depois do conflito e reportagens de jornais da época (especialmente do final da década de 1970). Contudo, somente a bibliografia não basta, tanto que Kayser (2017), mais radical, afirma que se não houver pesquisa de campo, não há direito à palavra. Acima de tudo, é uma ferramenta do geógrafo (ALVES, 1997; LACOSTE, 2017). Elias (2003, p. 22), por sua vez, escreve:

O trabalho de campo sempre compôs parte essencial da metodologia geográfica. Mas diferentemente da geografia clássica, que o realizava muito mais com o intuito da descrição, o trabalho de campo hoje deve servir para a reconstrução dos processos gerais e a recuperação da totalidade.

Com isso em mente, além de registros fotográficos e da descrição densa da paisagem - aspecto visível/sensível do espaço geográfico -, foram empregadas entrevistas semiestruturadas em diferentes sindicatos maranhenses e tocantinenses. Vale mencionar que, em conformidade com Valverde (1964), o geógrafo em sua pesquisa, contrariamente ao turista que se limita a olhar, traz o ato inteligente de refletir, pois o campo não é um fim, mas um meio. Até mesmo o trajeto (de ônibus) foi pensado para auxiliar no entendimento do fenômeno. O caminho passou pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153/BR-010, antiga BR-14), estudada por Valverde e Dias (1967). Segundo os autores, a rodovia em questão, que cortou o

território nacional na direção norte-sul⁵, incentivou um rápido afluxo de população, resultando em conflitos fundiários e grilagem desenfreada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Alcançar as heranças trazidas pela Guerrilha do Araguaia para as lutas camponesas no Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense passa, inevitavelmente, por uma periodização. Para Santos (2021a), é essencial interpretar o presente como um resultado de processos que se desenrolaram no passado. Em outras palavras, periodizar é recortar um antes, durante e depois, identificando rupturas que são sinais de crise e passagem a outros períodos. Elias (2015, p. 36) concorda:

Diante do espaço articulado ao tempo, quando possível, deve-se estabelecer uma periodização, mesmo que sucinta, da evolução de cada um dos processos selecionados para análise, deixando claro as mudanças mais significativas vividas, ou seja, sintetizar, para cada um dos momentos reconhecidos como essenciais da evolução dos temas e processos considerados para análise, as mais marcantes características socioeconômicas e seus respectivos rebatimentos espaciais relacionados.

Assim, pode-se identificar a Guerrilha do Araguaia como um momento de superação do regime, quando as variáveis funcionam harmonicamente (SANTOS, 2021a). A partir disso, três períodos se manifestam: antes (pré-1972), durante (1972-1974) e depois da guerrilha (pós-1974). Uma particularidade da Geografia é sua permanência material na paisagem, isto é, além da função, do processo e da estrutura, existem, para Santos (2020), as formas. As formas nada mais são que as materialidades construídas em momentos anteriores que refletem a conceituação de espaço geográfico como acumulação desigual de tempos. Dessa maneira, resquícios pretéritos não são tão facilmente apagados⁶. São as rugosidades, formas remanescentes de períodos anteriores (ELIAS, 2003; SANTOS, 2008). Essas formas, todavia, têm intencionalidades. São formas-conteúdo por cumprirem uma função.

⁵ Para Valverde e Dias (1967, p. 177, grifo meu), “a Secção Central da rodovia Belém-Brasília rasgou o *sertão* brasileiro”. Como disserta Moraes (2001), o sertão não é uma definição natural, ou seja, não é um recorte efetivamente existente na superfície terrestre. Trata-se de uma condição atribuída a diversos e variados lugares. O sertão é uma ideologia geográfica, é uma imagem construída cujo imaginário é permeado por um conjunto de juízos e valores. Assim, a própria rodovia se associa à Marcha para o Oeste, que ganhou força depois do Golpe de 1964.

⁶ “O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente como formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como *tempo*, não porém como *espaço*; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social” (SANTOS, 2021b, p. 14, itálico no original).

Foram identificadas, em trabalho de campo, formas que continuam erigidas para manter, na memória coletiva, um constante recado: quem venceu o conflito em meados da década de 1970 e quem foram os perseguidos e os torturados (além dos assassinados). Batalhões de infantaria de selva (50 BIS e 52 BIS) e estradas vicinais da Rodovia Transamazônica (OPs, Estradas Operacionais 1, 2 e 3) juntam-se a casas que funcionavam como centros de prisão e tortura - como a Casa Azul (BRASIL, 2014a) - para que o silêncio permaneça. De acordo com Campos Filho (2014), o pós-guerrilha tem como palavra-chave o “medo” daqueles que continuam a ser ameaçados pela oligarquia rural regional. Destarte, a dimensão material que se mantém não é coincidência: a demolição não ocorreu para manter os movimentos socioterritoriais disciplinados (conforme depoimentos colhidos no Maranhão).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o referencial teórico que assenta esse trabalho na Geografia, alguns passos adiante podem ser dados. Como se vê pelas figuras 1 e 2, a área de influência da Guerrilha do Araguaia, com o passar do tempo, apenas se expandiu, superando somente o Sul do Pará e atingindo o Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense. Sua herança mais importante, porém, reside na organização dos trabalhadores rurais na sua luta pela terra frente à militarização da questão agrária (MARTINS, 1985). A marca da repressão aos guerrilheiros se aprofundou na repressão aos movimentos defensores da reforma agrária. Como assinala Campos Filho (2012, 2014), a perseguição não afetou somente os guerrilheiros e, depois da guerra de guerrilhas, a guerra se metamorfoseou, mas continua. Genoino (2007, p. 465), consoantemente, desvela uma “verdadeira caçada às pessoas que viviam no interior da mata”. Cerca de setenta militantes do Partido Comunista do Brasil se embrenharam na mata, porém não foram os únicos vitimados. Na realidade, o próprio Estado brasileiro, por meio da Comissão Nacional da Verdade, já reconheceu as violências perpetradas pelas Forças Armadas no período de 1972 a 1974. Mesmo com limitações (TELES; QUINALHA, 2020), a Comissão trouxe importantes avanços ao reconhecer, por exemplo, que

O caráter sistemático da atuação das Forças Armadas na região do Araguaia pode ser identificado por meio da repetição dos procedimentos adotados pelos agentes do Estado no trato dos moradores locais e indígenas, na condução dos interrogatórios, no tratamento dos presos e na adoção de uma *política deliberada de extermínio extrajudicial dos guerrilheiros* encontrados na mata (BRASIL, 2014a, p. 717, grifo meu).

Figura 1 - Mapa da área de influência da guerrilha durante o conflito

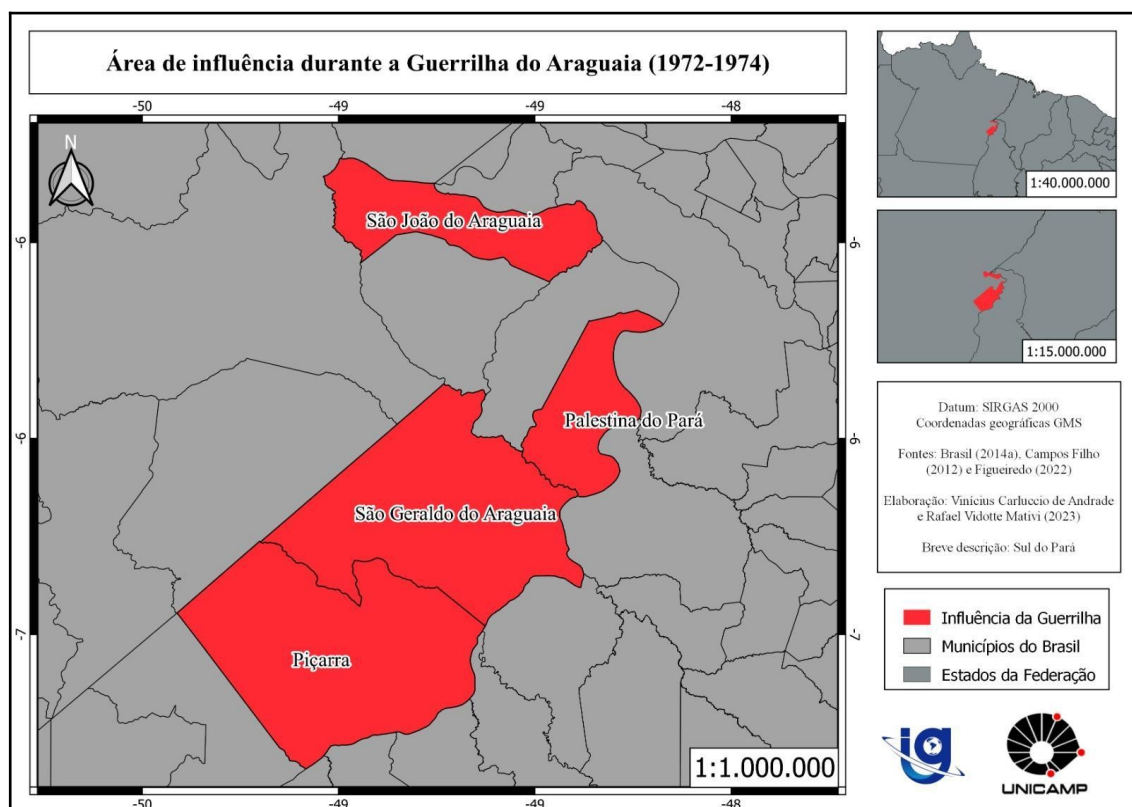
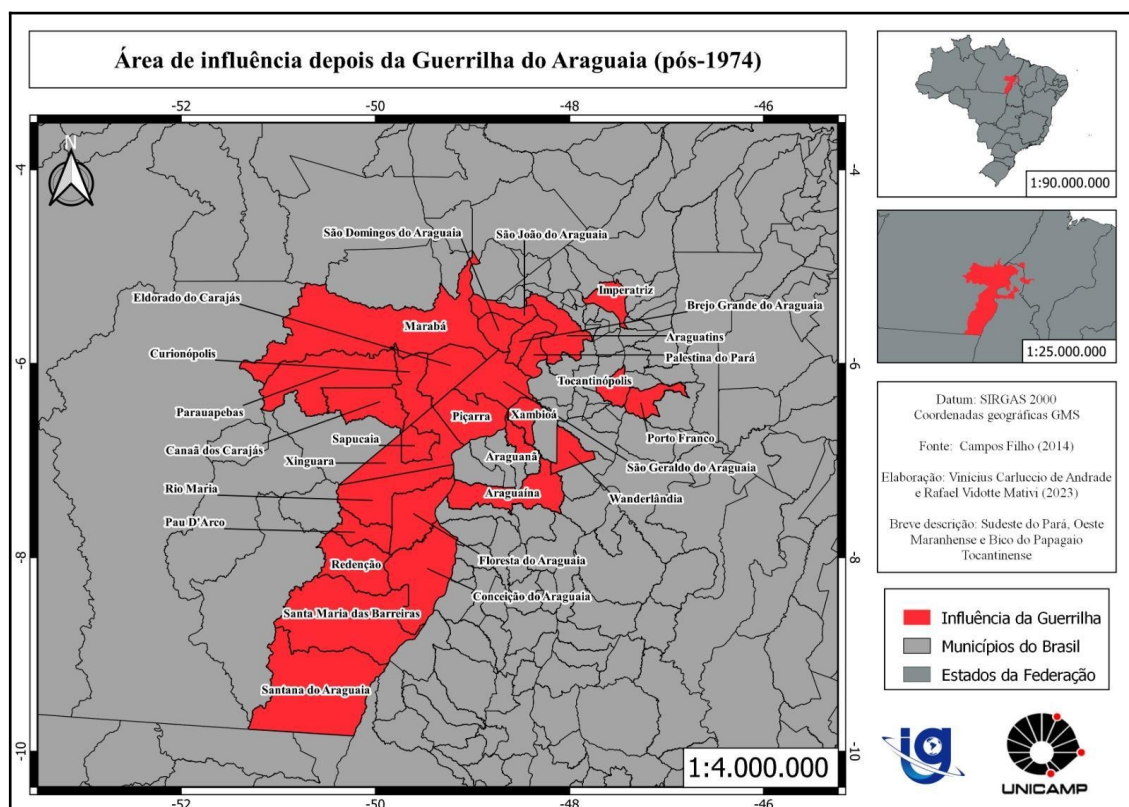


Figura 2 - Mapa da área de influência da guerrilha depois do conflito



Antes da Terceira Campanha⁷, a tensão já começava a se construir. Na verdade, o próprio Oliveira (1988, p. 74) já havia identificado que os militares almejavam casar a “fome com a vontade de comer”, isto é, deslocar a força de trabalho excedente (leva de trabalhadores nordestinos sem-terra) para programas de colonização que consolidassem a ocupação nas faixas da Transamazônica. É nessa corrente migratória que os membros do PCdoB tiveram sua chance. Com a expansão dos projetos agropecuários, “a colonização oficial foi adotada como política sistemática de remoção de trabalhadores das regiões de tensão social do Nordeste para a Amazônia” (OLIVEIRA, 1990, p. 93)⁸. Os “paulistas”, disfarçados e na clandestinidade, adotaram nomes falsos para circular entre os camponeses. Nesse período,

⁷ A Terceira Campanha foi a última tentativa do regime de acabar com o projeto do PCdoB depois de duas excursões militares fracassadas. Para Campos Filho (2012, p. 160, grifo meu), a Terceira Campanha foi “a ofensiva mais violenta contra a Guerrilha (...). Teve início um período de *caça aos comunistas*; todos aqueles que tivessem ligação com a Guerrilha deveriam ser eliminados: a ordem era não deixar sobreviventes”.

⁸ Martins (1985, p. 37) destaca que “as populações expulsas do Nordeste, pela seca ou pelo latifúndio, prosseguiram e acentuaram as correntes migratórias na direção da Amazônia Oriental, na direção do Maranhão, de Goiás, do Mato Grosso e do Pará”. Oliveira (1988, p. 31) ressalta um princípio com alta capilaridade entre o alto escalão do governo de que “a solução para a área de tensão social (Nordeste) estava no estímulo ao processo migratório para a ‘área vazia’ - a Amazônia”. Becker (2009, p. 26) consente: “nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade por várias razões. É percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura”. Percebe-se, então, como a Amazônia é construída como um “vazio demográfico”, algo já problematizado e criticado por Becker (2015a). A floresta equatorial passa a ser vista como a solução para a concentração fundiária da região na qual surgiram, ainda antes do início da ditadura, as Ligas Camponesas.

nutriram relações de solidariedade pelo mutirão e pela troca de dias de trabalho da roça. Alguns guerrilheiros com formação acadêmica - como é o caso de João Carlos Haas Sobrinho, que atuou reconhecidamente no município de Porto Franco (MA) - cumpriram o papel de médicos, parteiros e enfermeiros em uma área desassistida pelo Estado. Os exemplos são múltiplos. Esse texto não tem como fim analisar a guerrilha em si, mas sim suas influências para as lutas do campesinato no final do século XX e início do século XXI. À vista disso, um depoimento de José Genoino em entrevista⁹ realizada em 09 de novembro de 2022 se notabiliza:

A gente adotou um princípio de “viver na região como peixe na água”. A gente precisou viver na região com as formas sociais e culturais com que a população estava acostumada: mutirão, vizinhança e visita às grandes cidades que cercavam o entorno (...). Era necessário fazer esse processo de adaptação naquele contexto de criar. A preparação da guerrilha era uma criação da nossa militância com a população. Era uma criação nas experiências, no convívio, mas nada politizado ou organizado. Como eu estava te falando, a gente tinha uma vida dupla. A gente era muito rigoroso nisso. A gente convivia com a população do jeito que ela vivia e a gente tinha atividades comuns (...). A gente era “normal”. A gente se normalizava lá. As casas nossas eram iguais às deles. Eram choupanas, construídas de palha. A gente trocava dia de serviço. A gente fazia roça. A gente plantava, a gente colhia. Havia todo esse processo de identificação. Quanto mais aumentava a identificação, mais a gente tinha a confiança dos camponeses. No campo, a população camponesa vai pelo que ela conhece e vê. A confiança era muito grande (José Genoino, ex-guerrilheiro do Araguaia, ex-deputado federal e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores).

Como os contatos foram profundos, a primeira tentativa das Forças Armadas falhou. Inicialmente - na primeira e na segunda campanhas -, a narrativa discursiva foi classificar os “paulistas” de “terroristas”; foi um fracasso, pois os jovens opositores da Ditadura Militar passaram quase meia década com os camponeses locais e não deram nenhum indício de “terrorismo”. A seguinte opção dos militares foi realizar um verdadeiro massacre, que fez com que Campos Filho (2012, p. 99) afirmasse que “o Vietnã é aqui” devido à repressão espetacular e espetacularizada, à tortura pública e ao uso de bombas *napalm*. Independentemente das tristes consequências do fim do conflito, a Guerrilha do Araguaia pode ser lida como a afirmação da existência dos camponeses locais frente ao esquecimento do Estado. Se Elias (2021) vê hoje nós/nexos do agronegócio - termo relativamente mais palatável para o histórico latifúndio que demanda ciência, técnica e informação em uma agricultura globalizada - com o Estado, Alves *et al.* (2018) e Sousa (2023) desvendam como o Estado brasileiro se omite e, com o não agir, permanece do lado dos latifundiários. A chegada

⁹ A entrevista está integralmente transcrita em Andrade (2022). Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2848/2230>. Acesso em: 01 nov. 2023.

do Estado na divisa Pará-Maranhão-Tocantins, no início da década de 1970, foi conflituosa e apenas reforça a lente da violência, ou melhor, a construção bélico-militar da formação territorial brasileira (MORAES, 2003). O papel de reconhecimento da existência dos locais por parte da guerrilha é encontrado na fala de Gilvânia Ferreira da Silva, a “Vania do MST”, em entrevista realizada no dia 07 de fevereiro de 2023:

A guerrilha inspirou muitos jovens no seu período histórico, mas inspirou muito mais os camponeses da Amazônia. Eles [os guerrilheiros] chegavam e diziam “você existem”. Esses camponeses não existiam para o Estado (...). A guerrilha é uma afirmação de existência e importância para os camponeses. É uma afirmação de pertencimento ao território, como se a terra pertencesse aos camponeses que aqui moravam. Eles [os guerrilheiros] ainda diziam “você têm direito à saúde; você têm direito a uma vida digna; você têm direito a um país melhor”. Isso inspirou o movimento sindical combativo nesse território. Apesar dos assassinatos e da violência cometida contra os guerrilheiros, a relação que construíram com os camponeses foi muito bonita. Os camponeses protegiam os guerrilheiros e os guerrilheiros protegiam os camponeses. Essa cumplicidade do campesinato com essa juventude que veio da capital - esses jovens “letrados”, doutores, médicos, estudantes - traz um sangue de libertação. Era uma afirmação de força, de importância (...). Isso traz um reflexo na luta dos posseiros nessa região amazônica, sobretudo na área de atuação da guerrilha. Mesmo com o medo, um fantasma posto, há o legado da guerrilha (...). A Guerrilha do Araguaia deixa um legado para a gente de que é possível. É um legado de possibilidades, de uma transformação, de uma reforma agrária, de garantia de direitos para os camponeses (Vania do MST, liderança maranhense do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2022).

A fala da entrevistada explicita como os guerrilheiros acabam por ser carinhosamente lembrados, inspirando histórias e estórias propagadas verbalmente. Com isso, Martins (1986) classifica a vitória da ditadura sobre a Guerrilha do Araguaia como uma grande vitória militar, mas uma imensa derrota política que faz parte da história recente da Amazônia no século XX, “uma história de rapina, violência, conflitos e luta” (OLIVEIRA, 1988, p. 10). A brutalidade da repressão atingiu aqueles que nem sabiam da presença do PCdoB na região. Como os militares tinham objetivos maiores (a partir do potencial econômico da Amazônia que tinha sua entrada na porção oriental), a tortura foi amplamente utilizada contra habitantes da região (OLIVEIRA, 1988). Estradas - as famigeradas OPs - foram construídas para facilitar o movimento das tropas e acelerar o extermínio dos opositores. O uso da força é tão desmedido e chocante que os oficialmente 69 guerrilheiros enfrentaram um número de soldados que varia, respectivamente, conforme Martins (1986) e Oliveira (1988), de 10 a 20 mil homens.

Se o momento anterior à guerrilha se caracteriza como um período crítico (de 1969 a 1973), no qual Emílio Garrastazu Médici adotou pilares de segurança nacional, centralização política e hipertrofia do Executivo enquanto reprimia politicamente o campo e a cidade

(MARTINS, 1985), chama a atenção pela concomitante migração por etapas (depois da expulsão da terra) de correntes que se originam no Nordeste e têm seu destino final na Amazônia Oriental. A idealização, a implantação e o combate armado dos guerrilheiros ocorreram em um período marcado pela convergência de interesses no local¹⁰. Os posseiros maranhenses e piauienses não seriam atendidos. Como disserta Oliveira (1990), os militares já tinham escolhido quais projetos seriam privilegiados - e eles não apoiariam diretamente os que se deslocaram em prol de prometidas terras. Além da colonização (com mão de obra de migrantes nordestinos), projetos madeireiros, de extração de castanhas, de mineração e de pecuária extensiva somavam-se aos montes. Diante da tensão potencial - posto que os militares financiariam e sustentariam *megaprojetos* -, a Guerrilha do Araguaia é apenas um dos elementos causadores do inexorável choque, apontada por influenciar as lutas camponesas também hodiernamente. Isso ajuda a entender o seguinte trecho:

Foram realizadas três operações de busca e aniquilamento, três campanhas militares nessa região, em dois anos, uma mobilização nessa região em dois anos, uma mobilização de 10 a 20 mil soldados para combater 69 guerrilheiros. E, nessa área, a busca e aniquilamento não distinguia quem era amigo e quem era inimigo, quem era amigo potencial ou inimigo real. Na verdade, isso levou a uma agressão sistemática, pelo menos nos primeiros tempos, contra a população de posseiros, porque a população obstinadamente estava resistindo contra a saída da terra. Por isso mesmo é que a repressão e a busca e aniquilamento se estendeu a centenas de quilômetros da área da guerrilha. Porque onde houvesse uma manifestação dessa ordem, ou seja, um movimento social desse tipo, expressivo ou mal definido ainda, místico, essa esperança mal articulada, havia, é claro que do ponto de vista da chamada doutrina de segurança nacional, um foco de guerrilha, um foco de contestação ao regime e assim por diante (MARTINS, 1986, p. 134-135).

A questão da terra se articula com a extração mineral, pois uma parcela considerável de camponeses que foram para o Pará e não conseguiram títulos de propriedade metamorfoseou-se em garimpeira na Corrida do Ouro para Serra Pelada. Embora Serra Pelada seja exemplar por ter sido descoberta por indivíduos alheios à mecanização da mineração em 1980, é evidente pela luta dos garimpeiros contra as empresas de mineração. É apenas um dos

¹⁰ “Ao que tudo indica, a partir do momento em que os militares tomaram conhecimento da concentração de um grupo de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil no sul do Pará, o que teria ocorrido em 1970, provavelmente em 1969, justamente uma área privilegiada na política de incentivos à empresa agropecuária, medidas começaram a ser tomadas para evitar que o problema de terras se tornasse explosivo. A colonização da Transamazônica seria o principal ingrediente na utilização da terra pelo governo federal para desativar os focos de tensão social (...). O início da guerrilha, em abril de 1972, revelou que o Exército estava despreparado para enfrentá-la, embora não estivesse desatento, o que o levou à derrota na primeira campanha militar. Os setores militares envolvidos nas questões de segurança nacional tinham se adestrado em práticas de repressão policial, sobretudo urbanas, particularmente a tortura dos presos políticos, mas não estavam, ao que parece, preparados para uma guerra no campo. Daí que tenham sido necessários pelo menos 10 mil soldados para dar combate a um grupo guerrilheiro restrito, de pouco mais de 60 combatentes, durante um período demorado de três anos” (MARTINS, 1985, p. 51-52).

episódios da “‘corrida’ aos minérios da Amazônia pós-64” (OLIVEIRA, 1990, p. 35), que encontra Major Curió como personalidade eminente. Curió - cujos maiores detalhes são encontrados em Nossa (2012) - é a prova de que aqueles que reprimiram a guerrilha tornaram-se os agentes hegemônicos que passaram a reprimir os camponeses. Sebastião Rodrigues de Moura, Doutor Luchini ou Major Curió foi “premiado” por João Baptista Figueiredo como interventor federal em Serra Pelada. Anteriormente, envolveu-se diretamente no extermínio dos “paulistas”. Aproveitando a fama, chegou a ser eleito deputado federal. Ainda virou prefeito do município de Curionópolis, que o homenageia no próprio nome e constitui parte basilar da área de conflito identificada por Campos Filho (2014). Para Martins (1985, p. 73), Sebastião Curió aproveitou para desmoralizar setores de apoio (como frações da Igreja Católica que se associavam à Teologia da Libertação com a proposição das Comunidades Eclesiais de Base) e atuou como uma espécie de “vice-rei do Pará”, dotado de, segundo Campos Filho (2014) e Nossa (2012), um grupo paramilitar, milícia privada de bate-paus.

Para mais, no que tange à mineração, a extração de ferro na Serra dos Carajás também é relevante. Diferentemente de Serra Pelada, os minérios de Carajás foram identificados, como aponta Oliveira (1990), ainda em 1967, ou seja, um ano depois da chegada dos primeiros militantes do PCdoB na região. Múltiplos projetos começam a entrar em conflito para sua concretização no espaço - e, três anos após o golpe de Estado, Carajás já começava a ser esquadrihada como um projeto que envolvia obras faraônicas, as quais dialogavam diretamente com o ufanismo da Ditadura Militar. Infraestruturas são erguidas e edificadas para consolidar a extração de ferro no Pará através do Projeto Grande Carajás, intensamente criticado por Valverde (1989) devido à desconexão com as necessidades locais¹¹. Entre as

¹¹ Valverde (1989, p. 115-116) dá especial atenção às condições de formação da empresa que viria a explorar o ferro da Serra dos Carajás: “O elemento fundamental da organização do espaço econômico no Sudeste do Pará e Oeste do Maranhão foi a descoberta da grande jazida ferrífera na serra dos Carajás. Isto se deu em 1967, quando a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da U.S. Steel Corporation, procurava ocorrências de manganês na vertente sul do vale do Amazonas (...). A partir desse evento, o Governo brasileiro mostrou interesse crescente na mineração da jazida de ferro, tanto mais que a CVRD, empresa estatal, já possuía tecnologia avançada nesse ramo. Nestas circunstâncias, foi criada, em abril de 1970, a Amazônia Mineração S.A. (AMSA), empresa formada pela associação da Cia. Vale do Rio Doce, com 51% das ações, e a Cia. Meridional, que ficou com 49%”.

Quando preso, Genoino (2007, p. 459-460) foi além das considerações de Valverde (1989) e expôs uma estranhada denúncia: “Os recursos do subsolo da Amazônia, como do resto do país, estão sob o controle de grupos imperialistas, tendo à frente os norte-americanos, que encontram na exploração dos minérios a fonte de grandes lucros. A mina de ferro da Serra dos Carajás, situada nas proximidades de Marabá, é calculada pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais em mais de 12 bilhões de toneladas de ferro, está nas mãos da ‘United States Steel’ (Grupo ‘MORGAN’ dos EUA), que tem outros grandes investimentos no Brasil. Com a construção de uma cidade própria, um aeroporto e uma estrada de ferro, a ‘USS’ exercerá o monopólio das jazidas de ferro da Serra dos Carajás. Para encobrir sua ação monopolizadora, esta companhia norte-americana age em associação com a Companhia Vale do Rio Doce, que desempenhou o papel de ‘testa de ferro’ na disputa entre grupos imperialistas, em mais esta negociata vergonhosa na qual saiu ganhando a ‘United States Steel’”.

obras, Oliveira (1990) sublinha a Estrada de Ferro dos Carajás, o Porto de Ponta da Madeira-Itaqui e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, barragem no Rio Tocantins que invadiu, conforme denuncia Martins (1986), territórios indígenas com a água, forçando a expulsão dos povos originários.

A terra, por sua vez, não deve ser esquecida como motivação para as lutas camponesas que têm influências das ideias dos guerrilheiros expostas na *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (ULDP, 2002). Nesse sentido, realça-se, para representar os grandes proprietários de terra do Pará, do Maranhão e do Tocantins, a União Democrática Ruralista (UDR), a face da “cara latifundista” (OLIVEIRA, 2005, p. 53) do Estado brasileiro. A UDR é diretamente responsável pela ampliação do número de assassinatos no campo desde o início da Nova República¹². Oliveira (2005, p. 43) a classifica como uma organização que representa a “defesa intransigente dos latifundiários”, orquestrando assassinatos seletivos que resultam na impunidade dos autores e dos mandantes devido ao contato próximo com o Judiciário - fenômeno que aparece igualmente nos escritos de Sousa (2023). O reacionarismo e o radicalismo dos latifundiários agrupados na UDR são tamanhos que a atribuíram um capítulo específico no relatório final da Comissão da Verdade, segundo o qual

A UDR foi o agente ideológico e o articulador político da violência do latifúndio que, em defesa de suas terras, passou a fomentar de forma sistemática e organizada a violência no campo, promovendo assassinatos de posseiros, sindicalistas e advogados de causas dos camponeses (BRASIL, 2014b, p. 94).

Como as chacinas passaram a ser recorrentes em uma outra guerra (CAMPOS FILHO, 2014) depois do extermínio da Guerrilha do Araguaia, uma clara antítese se exterioriza. Os latifundiários vitimam os pequenos produtores. De acordo com dados quantitativos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1985-2019 *apud* NÓBREGA, 2020), disponíveis nos anuários *Cadernos de Conflitos no Campo*, ocorreram 6892 conflitos fundiários e 776 assassinatos no campo nas unidades federativas do Pará, Maranhão e Tocantins, área de influência da repressão aos “paulistas”. Os números são tristes e, mesmo com um recorte temporal (de 1985 a 2019), demarcam uma incidência histórica. Para Nóbrega (2020), é uma panela de pressão que já estourou e tem dois nítidos lados. Os agentes hegemônicos -

Recentemente, o mesmo Genoino reforçou sua declaração de 1975: “Eram projetos de interesse do imperialismo. A United States Steel começou com Carajás. O avião que me transportou preso do Sul do Pará era da United States Steel” (ANDRADE, 2022, p. 352).

¹² Engana-se quem minimiza o papel da UDR na redemocratização. Segundo Oliveira (2005, p. 96), “o crescimento político da UDR culminou em 1989, com a candidatura de seu primeiro presidente e principal liderança, Ronaldo Caiado, à presidência da República na sucessão de José Sarney, quando foi fragorosamente derrotado”.

apoiados por pistoleiros, latifundiários, membros da UDR, grileiros, bate-paus de Major Curió como um grupo paramilitar e policiais - organizaram-se e continuam a vitimar os camponeses. A marca da impunidade protege aqueles que matam, representados, também, pelos atores do agronegócio¹³, que, para Elias (2022), é um dos principais vetores de reorganização do território brasileiro. Entretanto, não há passividade por parte de camponeses (assalariados, posseiros e sem-terra), sindicalistas, políticos defensores da reforma agrária dos mais variados partidos, padres seguidores da Teologia da Libertação, representantes legais da CPT, quebradeiras de coco babaçu, apoiadores dos direitos humanos, afetados pela Ditadura Militar e outros que, direta ou indiretamente, rememoram o massacre contra os guerrilheiros do Araguaia.

Nota-se, então, como a Doutrina de Segurança Nacional, com seu binômio de “segurança” e “desenvolvimento” (CAMPOS FILHO, 2014), não deve ser deixada para trás no que se relaciona à justificativa para as três campanhas que afetaram a militância pecebobista. O conflito não se deu só pela existência de um grupo organizado que reivindicava a guerra popular prolongada, guerrilha rural que faria o cerco da cidade pelo campo seguindo as teses maoístas, mas porque, estrategicamente falando, a Amazônia era essencial para os programas militares. Mesmo com a repressão espetacular e espetacularizada, os camponeses, em suas movimentações e em suas defesas, seguem olhando para os guerrilheiros com certo carinho, visto que com eles conviveram por alguns anos. A simpatia não se apagou. Os anos de contato não foram esquecidos. Os “terroristas” não são os “paulistas”. A desestruturação social e a tortura não foram causadas pelos membros do PCdoB, mas pela ditadura com seus enormes projetos que inseriam, na dinâmica territorial local, empresas com sedes no estrangeiro. À guisa de fechamento da seção, Becker (2015b, p. 384), novamente, explica:

Após a instauração do regime autoritário, em 1964, a ocupação da Amazônia torna-se meta prioritária, e o Estado viabiliza e subsidia a ocupação de terras à frente da expansão pioneira. As ideologias da ‘marcha para o oeste’ e a desenvolvimentista fundem-se no ‘Programa de Integração Nacional’ (PIN, 1970)¹⁴ indicado como aquele capaz de assegurar simultaneamente o ‘milagre brasileiro’, o acesso à terra aos pequenos produtores pobres do Nordeste e a segurança nacional, contra ameaças externas e internas.

¹³ Ainda nessa esteira da violência, Oliveira (2015) vê o agronegócio como a territorialização dos monopólios e a monopolização dos territórios por causa da expulsão dos locais, substituídos pela grande propriedade, articulada a indústrias a montante e a jusante, que demanda uma constante artificialização/tecnificação do campo (ELIAS, 2003).

¹⁴ Oliveira (1988) identifica, no PIN, o privilégio, inicialmente, para a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém e, posteriormente, a ampliação da Rodovia Perimetral Norte e a consolidação da Rodovia Cuiabá-Porto Velho.

As ideias de Silva (1981)¹⁵ efetivaram-se. A perseguição, a captura, a tortura e o assassinato dos guerrilheiros, para os correligionários do Golpe de 1964, eram consequências inevitáveis. Ora, para os militares que clamavam incessantemente pela Doutrina de Segurança Nacional, a Guerrilha do Araguaia entra na esteira de “investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem compromissos quaisquer com a realidade nacional” (SILVA, 1981, p. 12). Para desmenti-los, então, basta lembrar que, quase meio século depois, os “paulistas” são lembrados pelos camponeses, termo, conforme descrito na Introdução, de elevado teor político por demarcar uma porção da população brasileira desassistida de políticas territoriais e financiamentos originários do Estado. A narrativa proposta pela ditadura não vingou - e a militância pecebobista ainda recebe atenção positiva dos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caça aos comunistas virou uma caçada às pessoas da mata independentemente da filiação político-partidária. O que se constata, porém, é a proximidade dos guerrilheiros com os moradores dos povoados. Antes de 1972, existem anos de solidariedade, socorro imediato, ensinamento prático, amizade, integração e cumplicidade. A profunda sintonia entre os “paulistas” e os camponeses, para Maciel (2014), aparece com o documento da ULDP (2002), que reflete os anseios vividos pelos locais. De acordo com o autor, “a chegada, convivência e desenvolvimento da luta armada (...) no Araguaia teve expressiva participação da massa camponesa, de um jeito singular, mas motivados por um processo prévio” (MACIEL, 2014, p. 226). A própria escolha do *onde* implantar os destacamentos havia sido intencional.

A leitura do Comitê Central do PCdoB no final da década de 1960 optou por uma localidade de confluência de três estados da federação, posto que, em tese, facilitaria a pulverização dos comandos militares. As duas primeiras campanhas foram vitoriosas, mas, a despeito da “trijunção” (MACIEL, 2014, p. 88) de unidades federativas, a Terceira Campanha veio com ordens de não deixar sobreviventes. As testemunhas iriam ver com seus próprios olhos a crueldade da repressão: Maciel (2014) aponta ter sido o maior deslocamento de força

¹⁵ Golbery do Couto e Silva, militar da “Linha Sorbonne” - originária da Escola Superior de Guerra, mas que, para Lemos (2018), não representava, efetivamente, uma dicotomia em relação à “Linha Dura” -, compunha a fileira dos intelectuais das Forças Armadas partidários da deposição de João Goulart. Foi um dos principais teóricos de uma “Doutrina de Segurança Nacional novinha em folha, autóctone de fato” (SILVA, 1981, p. 3). Ele mesmo, porém, ao mencionar o golpe, utiliza outra nomenclatura para suavizar o episódio: “Revolução de 31 de março” (SILVA, 1981, p. 12) ou “Revolução de 1964” (SILVA, 1981, p. 22). É um eufemismo para mascarar todas as consequências negativas (censura, repressão, exílios, torturas, prisões políticas, cassações de mandato, assassinatos, desaparecimentos, etc.) da Ditadura Militar, cuja duração ultrapassou duas décadas. Para afirmar o óbvio, não foi uma revolução, mas sim um golpe.

militar já visto no interior do Brasil; Campos Filho (2012), do mesmo modo, registra o maior efetivo das Forças Armadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Emílio Garrastazu Médici queria uma guerrilha enterrada, mas, como os opositores ao regime chegaram antes, continuam a inspirar as lutas camponesas na divisa Pará-Maranhão-Tocantins.

Se “o silêncio no pós-guerrilha veio acompanhado do medo” (MACIEL, 2014, p. 209), a sombra do terror e do contínuo disciplinamento se dá através das formas-conteúdo (SANTOS, 2008, 2020) que permanecem na paisagem como resquícios cristalizados de tempos pretéritos. Conforme mencionado anteriormente, a não-demolição das formas que são menção direta ao fim da guerrilha não é coincidência. Mesmo assim, apesar das amedrontadoras construções, cujas funções (atividade esperada da forma) residem na ininterrupção do pavor daqueles que ousam enfrentar os agentes hegemônicos, as lutas camponesas não cessam. A Guerrilha do Araguaia, por meio da ULDP, é combustível para o sindicalismo rural e para a luta pela terra. Dezenas de comunistas caíram mortos, tombados, no conflito de 1972 a 1974. No entanto, a reforma agrária ainda é objetivada e jamais esquecida - assim como a memória dos guerrilheiros - pelos que enfrentam os latifundiários.

Dessa maneira, nota-se como é fundamental estudar e trabalhar a Guerrilha do Araguaia não como episódio “perdido” no passado, sem rebatimentos históricos, mas como movimento, com seus detalhes, suas minúcias e suas particularidades, que inspira as lutas camponesas em parte do país. No Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense, o legado dos guerrilheiros faz-se presente. A União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo não foi esquecida. O contato estabelecido entre “paulistas” e posseiros continua a influenciar a despeito do massacre. A repressão foi tamanha que o medo permeia e restringe, porém os anos de relação entre locais e jovens clandestinos não podem ser apagados. A Guerrilha do Araguaia, dessa forma, foi o prenúncio de uma luta que continua até hoje. Periodizar, portanto, proporciona encarar como o presente carrega elementos do passado, pois nada emerge no vácuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 1, n. 2, p. 85-89, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.1997.123246>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ALVES, Vicente Eudes Lemos; LIMA, Débora Assumpção e; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição; KLUCK, Erick Gabriel Jones. O avanço da violência contra as comunidades agroextrativistas camponesas no espaço regional do MATOPIBA e Pré-Amazônia. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 549-576, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41330>. Acesso em: 30 ago. 2023.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. A Guerrilha do Araguaia: resistência camponesa, defesa da autonomia e continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins. In: XXXI Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP, 2023, Campinas. **Anais eletrônicos**, Campinas, 2023a. p. 1-5. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2023P20938A37964O192.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. Entrevista: José Genoíno. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 339-359, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54446/bcg.v12i2.2848>. Acesso em: 30 out. 2023.

ANDRADE, Vinícius Carluccio de. Guerrilha do Araguaia: os ecos no presente. **Outras Palavras**, 03 out. 2023b. História e Memória. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/guerrilha-do-araguaia-os-ecos-no-presente/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, Bertha. A urbe amazônida - A floresta e a cidade. (In): VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica (vol. 3)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015a. p. 307-348.

BECKER, Bertha. Significância contemporânea da fronteira - Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. (In): VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **As amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica (vol. 3)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015b. p. 373-410.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, n. 14, p. 107-117, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123836>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 1)**. Brasília: CNV, 2014a. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 2)**. Brasília: CNV, 2014b. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra- a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2014.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com a Editora Anita Garibaldi, 2012.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 25, n. 2, p. 1-18, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil. (In): ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 25-44.

ELIAS, Denise. Trabalho de campo: notas teórico-metodológicas. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 3, n. 1, p. 97-108, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123352>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Do movimento social ao movimento socioterritorial. (In): CASTRO, Claudio Eduardo de; SOBREIRO FILHO, José; SAQUET, Marcos Aurélio; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos (org.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais**. Londrina: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022. p. 133-146.

FERNANDES, Bernardo Mançano; SOBREIRO FILHO, José. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. (In): SPOSITO, Eliseu Savério; CLAUDINO, Guilherme dos Santos (org.). **Teorias na geografia: mundos possíveis (Livro III)**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2023. p. 335-363.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. Os 50 anos da Guerrilha do Araguaia e os reflexos da luta política. **Escritas do Tempo**, v. 4, n. 11, p. 08-29, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i11.2022.0829>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GENOINO, José. Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha. (In): COELHO, Maria Francisca Pinheiro (org.). **José Genoino: escolhas políticas**. São Paulo: Centauro, 2007. p. 451-474.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/730>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/729>. Acesso em: 07 jul. 2023.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MACIEL, João Paulo. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. Imperatriz: Ética, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil - Terra e poder: o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografias**, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis**, n. 4-5, p. 1-8, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.341>. Acesso em: 04 ago. 2023.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Geografias das resistências: batalhas camponesas do século XXI nas Regiões do Bico do Papagaio e Cerrados Sul Maranhenses**. 2020. 1 recurso online (223 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640482>. Acesso em: 16 jan. 2023.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. (In): ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 465-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (online)**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102776>. Acesso em: 27 out. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo. (In): SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. p. 1-37.

SOUSA, Francisco Octávio Bittencourt de. Para além de grilos na gaveta: uma definição contemporânea de grilagem. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 65, p. 4-27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v26i65.8776>. Acesso em: 31 ago. 2023.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, co-edição com a Fundação Perseu Abramo, 2012.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “justiça de transição” no Brasil. (In): TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 15-58.

ULDP. Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. (In): AMAZONAS, João; ANTERO, Luiz Carlos Antero; SILVA, Eumano (org.). **Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia - 30 anos (1972-2002)**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

Vinícius Carluccio de Andrade

Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - SP. Através do Processo FAPESP nº 2022/05174-6 ("A Guerrilha do Araguaia: resistência camponesa, defesa da autonomia e continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins") e do Processo CNPq nº 124021/2023-9 ("A Guerrilha do Araguaia para além da Comissão da Verdade: persistência da tensão com o avanço do agronegócio no Pará, Maranhão e Tocantins"), desenvolve pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária.

E-mail: viniciuscandrade4@gmail.com